

HISTÓRIA E SOCIOLOGIA: ENTRE TEORIAS FRONTEIRIÇAS*

BALLER, Leandro**

Introdução

No decorrer das minhas pesquisas¹ trabalho com o objetivo de mostrar entre outras possibilidades a grande mobilidade de pessoas que há entre os países da América Latina, com um olhar direcionado à historicidade dos contextos espaciais e temporais. Um olhar voltado mais para a população fronteiriça localizada entre o Brasil e o Paraguai, bem como, aos aspectos históricos inseridos nesse contexto, o diálogo com demais áreas e seus autores é necessário para debater as idéias centrais que discutem a noção de fronteira, desde os seus aspectos materiais, até àqueles em que discute fatores simbólicos, tanto de separação quanto de aproximação.

Neste sentido, a intenção é expor o fértil campo teórico que se criou com esse diálogo e que ao longo dos anos vem subsidiando intelectualmente um considerável número de pesquisas na história, na sociologia e em áreas afins. O aumento das pesquisas, que tem como origem especialmente a demanda com a ampliação dos programas de pós-graduação que aflorou uma série de novidades, que com esses campos de aplicação conseguem atingir por meio de diálogos relevantes, viáveis e atuais, um elevado nível, colaborando para a compreensão das sociedades humanas que habitam as regiões entendidas por grande parte dos pesquisadores como limítrofes de suas nações, estados, culturas, identidades, e que corroboram para o entendimento e as dinâmicas sociais que se estabelecem nessas regiões.

Por um conceito de fronteira: teorias possíveis

Nas incursões teóricas que alguns desses autores fizeram, algumas teorias surgem como verdadeiros paradigmas a serem seguidos, especialmente por que trabalham com populações diversas e localizadas em várias partes, seja no interior ou nas áreas urbanas, e que provocam modificações internas. Quanto a isso o sociólogo José de Souza Martins, diz que as modificações refletem conseqüências visíveis tanto geográficas quanto historicamente. Analisando o avanço das fronteiras internas provocadas pela expansão do capitalismo, escreve

* Este texto deriva em grande parte das pesquisas que realizei em estudos de pós-graduação e continuo desenvolvendo na atualidade.

** Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; professor de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Nova Andradina – UFMS/ CPNA.

E-mail: leandroballer@nin.ufms.br

¹ Trabalho há alguns anos com populações fronteiriças na América Latina, meus estudos estão vinculados de forma mais sólidos nas relações entre Brasil e Paraguai.

que “a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga de áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente.” (MARTINS, 2002, p. 664). Para o trabalhador ou pequeno agricultor, o sentido diverso a que se refere o sociólogo se dá pelos interesses ou necessidades de migrar, num movimento impulsionado por planos governamentais ou ações empresariais.

Não podemos deixar de perceber os aspectos culturais que influenciam as pessoas, como por exemplo, fatores ligados à identidade nacional, cultural e étnica, mostrando o comportamento social das pessoas na busca de adaptações menos traumática e de uma relação harmônica com outras pessoas; esse indivíduo, todavia, participava de um mesmo espaço-nação e tende a promover, nas novas condições e circunstâncias, um *modus vivendi* que se assemelhe com o estilo de vida construído social e culturalmente na origem.

As reflexões de Martins mostram esses movimentos com a constância sócio-cultural nas fronteiras.

São essas ondas revoltas de modernização superficial, nem sempre duradouras, essas formas irracionais de expansão territorial e econômica, que revelam um fenômeno singular e essencial para a compreensão histórica e sociológica das persistências culturais, dos costumes antigos que afloram constantemente nesse cenário que combina temporalidades com datas e historicidades distintas (IDEM, p. 683).

Certamente não podemos generalizar. Irracional na perspectiva de quem? Do capital? Dos trabalhadores? Dos proprietários? Do sistema? De uma razão superior e transcendente ao processo histórico? Difícil responder. Mas não é difícil constatar que a experiência das populações fronteiriças não aparece para eles próprios de maneira irracional; é necessário, para tentar melhor compreender, atentarmos aos anseios de uma população específica que via nas novas fronteiras a possibilidade de produzir e sobreviver.

Em grande parte, os “problemas” que verificamos na fronteira são oriundos de “historicidades desencontradas”, conforme a sugestiva expressão do sociólogo José de Souza Martins. Para ele, esses encontros expressam uma;

dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades do projeto histórico que possa existir na mediação da referida situação de fronteira. Essa situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica por que encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas. (MARTINS, 1997, p. 182).

Martins destaca que os diferentes meios de cultura se dão, com efeito, como um conflito de historicidades, podendo estar desencontradas em um projeto de mediação entre os povos irmãos. Essa forma de sociologia histórica mostra que a fronteira não aparece apenas

como um marco territorial, político ou geográfico, mas, sobretudo, como um lugar de desencontro das relações sociais, de diferentes indivíduos e, sobretudo, um rico campo de análise histórico-social.

Para Martins, esses desencontros da historicidade em detrimento do outro se dão porque *“a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”* (IDEM, p. 147). As práticas econômicas capitalistas dos grandes proprietários, latifundiários, fazendeiros ou empresários agrícolas, ou não, fomentam essas revoltas; esses agentes representam mais de 80% dos estrangeiros no Paraguai; desse contingente, mais de 85% são brasileiros, denominados por eles em grande parte como brasiguaios.

Essa forma de análise congrega um amplo campo de simbolismos, que na percepção de Bronislaw Baczko mostra; *“os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações”*. (BACZKO, 1985, p.311).

A realidade da fronteira é permeada de imaginários sociais. Diversos teóricos se debruçaram sobre o problema dos imaginários sociais, que rendeu um verbete na prestigiosa *Enciclopédia Einaudi*. Nesse texto, fundamental para a discussão, Baczko considera o imaginário social um tema de estudo que, nos anos 1980, estava se difundindo nas ciências humanas; *“o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema da moda”* (IDEM, p. 297), ganhando terreno no campo discursivo, especialmente nas áreas da antropologia, sociologia, história e psicologia, pois reconhecem as funções múltiplas e complexas do imaginário. Aludiremos aqui apenas aos aspectos mais significativos dessa problemática para entender um pouco melhor a construção simbólica da mobilidade da/cultura de fronteira.

Nas palavras de Baczko,

o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiães e gestores, em suma, o seu pessoal. (IDEM, p. 309)

Desta forma, e trabalhando o conceito em relação às pessoas aí inseridas, o imaginário seria uma das forças reguladoras da vida em coletividade na fronteira, considerando os conflitos simbólicos ou reais entre os diferentes agentes que constituem historicamente a cultura de fronteira.

Para o antropólogo Gilbert Durand, o imaginário faz parte de um conhecimento, funcionando com comunicações entre o interno e o externo, como um trajeto onde ocorrem às

traduções das coisas novas que terminam sendo vistas como tradições, fundamentos existenciais e epistemológicos do sujeito histórico; quando o imaginário é configurado acaba construindo-se como objeto do presente-passado. Durand diz que o imaginário “(...) é o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens — aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm a encontrar todas as criações de pensamento humano” (DURAND, 1997, p. 18).

Seja o sujeito histórico individual ou coletivo, são estes acordos mentais que criam formas de estabelecer as comunicações de seu interior com o exterior; seguindo o pressuposto apresentado por Durand, essa perspectiva nos leva da psicologia para a sociologia, e simultaneamente à história.

Para o sociólogo Pierre Ansart o imaginário social abarca um conjunto de evidências implícitas das normas e dos valores que legitimam as relações sociais. O imaginário está intimamente relacionado às ideologias. Os ideólogos, nesse caso, possuem a função de racionalizar e criar as formas de legitimação das ideologias, conduzindo a população a um conjunto de práticas objetivadas pelo poder político. Assim, para Ansart, os imaginários atendem claramente às finalidades políticas que alguns intelectuais difundiam e difundem no Estado ou Nação, com vários dispositivos de veiculação, especialmente através da imagem como propaganda. (Cf. ANSART, *Apud*, FREITAG, 2001, p. 41).

As noções de imaginários sociais se qualificam como um conjunto de imagens no inconsciente, o depósito de imagens de memória não é algo independente da vida cotidiana, pelo contrário, representam as “coisas” e relações que temos em nosso cotidiano.

Ao problematizar os imaginários sociais aproximamo-nos das reflexões de Roger Chartier. Parafraseando-o, podemos dizer que toda representação do mundo social é construída pelos interesses do grupo que a elaborou, sendo necessário observar as representações e os discursos a partir da posição social de quem os utilizam. Assim como existe a luta econômica na sociedade em torno das relações materiais, existe também a luta de representações em torno das relações simbólicas, cada grupo, classe ou segmento social tentando impor seus próprios valores; isso permite afirmar que não existe uma clara distinção entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Ou seja, para conhecer as representações de um grupo temos de conhecer todo seu sistema social.

A noção de imaginário social serve neste contexto para compreendermos a demanda de brasileiros para o Paraguai, seus modos de vida na fronteira, bem como os diferentes sentidos atribuídos à fronteira por esses agentes. Muitos dos elementos teóricos lançam luz sobre as complexas relações entre os diferentes grupos sociais que se encontram e se desencontram na fronteira, movidos por diferentes interesses; tanto os proprietários de grandes extensões rurais naquele país, terras que estão nas mãos de estrangeiros, e entre estes

muitos empresários agrícolas do Brasil que apenas exploram sua produção em conluio com autoridades fiscais, políticas e/ ou militares; quanto às pessoas que vivem em consonância nesse espaço, seja no trabalho, lazer ou como meio de vida.

Conceitualmente quanto ao termo *fronteira*, que situa as relações entre as populações dos dois países. Percebemo-la como algo complexo, embora o termo pareça designar algo fixo, um espaço traçado por marcos geopolíticos, há uma dinâmica fronteira que se estabelece na região, tornando-a uma realidade móvel e com ambíguos significados.

De forma alguma reduzo ou resumo as tradicionais abordagens da fronteira sob a perspectiva da História Diplomática. É claro que as separações geográficas e políticas são fundamentais e importantes, e possuem um sentido mais estável para o termo, como bem ressalta Helen Osório.

Tradicionalmente a história diplomática e a história militar fazem da fronteira um espaço privilegiado, mas geralmente ela é abordada ou como fruto de tratados e de negociações hábeis de diplomatas pela primeira, ou como resultado de vitórias heróicas em campo de batalha pela segunda. Trata-se antes de tudo, de uma fronteira política e estatal. (OSÓRIO, 1995, p. 110).

Sob este ponto de vista, as reflexões do historiador José Adilçom Campigoto nos auxiliam mostrando ainda que; *“na perspectiva da história diplomática, baseada no documento escrito, a fronteira acontece como resultado da luta dos diplomatas, dos militares e de administradores. A linha dos limites aparece como resultado de uma disputa na qual os bandeirantes desempenharam um papel equivalente ao dos diplomatas e militares”* (CAMPIGOTO, 2000, p. 22).

Não buscamos contar como se constituiu especificamente a linha fronteira que demarca os limites, territórios ou países aqui em questão. Quanto a isso, o relato diplomático valoriza a história dos grandes personagens, que batalharam pela conquista e defesa do território ao qual pertencem, enfatizando, além dos interesses em jogo das nações envolvidas, o patriotismo, a coragem e a honra. Estas disputas não competem apenas à luta em campo aberto, mas, sobretudo e também, desde os gabinetes governamentais.

Os enfoques sociológicos e historiográficos têm propiciado uma abertura de estudos referente ao tema. Esses estudos enfatizam as relações sociais e as práticas culturais e, por que não dizer, a cultura específica dessas populações no ambiente de fronteira. O aprofundamento do sentido mais amplo da definição de fronteira se faz necessário para o entendimento dela pela população, bem como para os teóricos que refletem sobre a temática.

Nesse sentido, trabalhamos aqui com uma definição de fronteira que possui grande proximidade com as reflexões do sociólogo José de Souza Martins, segundo ele:

É fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora. (MARTINS, 1997, p. 13).

Na concepção de Martins, a fronteira ultrapassa em muito a tradicional definição construída pela História Diplomática. Para ele, a noção de fronteira comporta uma ampla gama de significados culturais, políticos e econômicos que se inter cruzam na(s) sociedade(s) que a constrói historicamente; especialmente quanto à etnicidade e a relação com o “outro” o que nos leva diretamente às problemáticas identitárias, freqüentemente presentes nas pesquisas sobre o tema.

A história tradicional, como querem algumas perspectivas políticas, acaba por diminuir o sentido das fronteiras. As teorias geopolíticas também compactuam com essas opções percebendo em cada ponto um problema de hegemonia, especialmente relativo ao espaço e ao tempo que geram um país ou nação, o que busca evidenciar a fragilidade das culturas locais em detrimento desse complexo espaço fronteiriço.

As concepções tradicionais do conceito de fronteira muitas vezes acabam por influenciar e direcionar até mesmo os cientistas sociais. Lembremos a advertência de Campigoto, que conjuga as discussões da História Cultural no contexto das fronteiras para situar os agentes históricos, em especial as “*peças comuns*” que habitam este espaço.

A tese de que o Estado-nação esboroa as culturas locais evidentemente não se sustenta. Trata-se de um pressuposto aceito tacitamente pelos historiadores do social. Deriva da convicção de que “*as relações de poder explicam*” a epistemologia das ciências e todo o fenômeno humano. Ora, se acreditamos que tais relações exercem tamanha virtualidade, até mesmo sobre os cientistas sociais, o que pensar das peças comuns, dos grupos locais, dos não letrados, dos semi-alfabetizados e daqueles que nem sabem utilizar os códigos da escrita? Forçosamente, o espaço destes excluídos aparece como uma região cultural débil e em extinção ou já suprimida. No máximo, as relações que estes sujeitos estabelecem com a fronteira adquirem o significado de espaço de resistência, conceito emprestado da física pela história política (CAMPIGOTO, In: SCHALLENBERGER (org.), 2006, p. 23).

Sinteticamente, Campigoto abre várias questões no seu sentido amplo de ver a fronteira, o que designa a cultura e o modo de vida das peças, e que tem um grande grau de importância no espaço fronteiriço, pois esses agentes não são neutros, são eles que provocam a dinamização da fronteira, bem como, os significantes duais de suas definições, como denota a autora Iara Regina Castello, pois a fronteira corresponde a espaços de dualidades.

A dualidade dos espaços de fronteira é uma característica bastante evidente, explicitada, de um lado pela necessidade de se estabelecer separações, em nome de uma diferença cultural e da preservação da soberania nacional e, de outro, pelas práticas sociais e trocas

que, em face da proximidade física e dos interesses comuns, se estabelecem. A fronteira é, a um só tempo, área de separação e de aproximação, linha de barreira e espaço polarizador. É, sobretudo, um espaço de tensões, de coexistência das diferenças, e do estabelecimento de novas realidades sócio-culturais (CASTELLO, 1995, p. 18).

Essas características transitoriais nas regiões de fronteiras se sobrepõem aos breves espaços fronteiriços locais e adentram vários quilômetros de ambos os lados, afetando não apenas as estruturas familiares, mas também a estrutura social de que as unidades familiares fazem parte. Neste caso José de Souza Martins diz que:

A verdadeira estrutura social de referência das populações camponesas da fronteira não é a local e visível. Ela se espalha por um amplo território, num raio de centenas de quilômetros, e é uma espécie de estrutura migrante, uma estrutura social intensamente mediada pela migração e pela ocupação temporária ainda que duradoura de pontos do espaço percorrido, os estudos sociológicos que tomam como referência uma localidade específica não apanham a realidade social mais profunda que dá sentido à existência dessa espécie de sociedade transumante² (MARTINS, 1997, p. 176).

É impossível abranger a totalidade dos espaços de fronteira neste estudo, bem como suas teorias; mas é perceptível a intensa movimentação que ocorre não apenas de um país para outro, mas também o nomadismo no interior de um país. Esse tipo de movimentação ou itinerância não é incomum nos países da América Latina.

José de Souza Martins nos alerta para o fato de que. *“É preciso distinguir no Brasil as fronteiras políticas, demográficas e econômicas, nem sempre essas são relacionadas entre si.”* (IDEM, p.155). Ou seja, elas correm o risco de não serem mencionadas, pois não tem importância real na vida das pessoas, ou não são percebidas no cotidiano da vida vivida nessa transitoriedade.

Na intenção de promover um debate maior sobre a temática, procuro destacar vários segmentos, independentemente da posição social ou de gênero. A fronteira é uma produção simbólica que responde ou corresponde aos interesses, às condições, as circunstâncias, aos valores e visões de mundo das pessoas envolvidas no processo histórico concreto de sua constituição. Com relação a essas produções simbólicas, Pierre Bourdieu diz que; *“as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições sociais ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”* (BOURDIEU, 2005, p. 11).

² Utiliza-se o termo “transumante”, que deriva de “transumanar”, ou seja, de dar natureza humana a certos movimentos emigratórios; um exemplo seriam os rebanhos de carneiros que vão das planícies às montanhas e vice-versa.

No caso da fronteira é perceptível que de certa maneira, ocorrem lutas por meio das quais os diferentes agentes sociais procuram fazer prevalecer seus interesses no local, estabelecendo e definindo seus sentidos a partir de uma visão individual, ou do coletivo de um grupo ou segmento específico. Nesse sentido, não se cria apenas uma versão para o local; há algo maior que busca aparecer no contexto pesquisado, isto é, há uma identificação regional para a vivência dos grupos pertencentes a este espaço.

Procuo atuar em uma forma de aproximação dessas teorias em relação à fronteira entre os dois países, para mostrar um pouco além do que nos permitimos traçar. Parafraseando Homi K. Bhabha, seria mais ou menos como perceber *‘onde algo começa a se fazer presente’*; é nesse sentido que a fronteira se torna um lugar a partir do qual possui um movimento dissimilar ao da articulação ambulante. Assim sendo, as idas e vindas não obedecem a modelos elaborados nem quando se propõem a uma explicação política ou econômica, tendo-as como maneira mais fixa de percepção, essas proposições ultrapassam simples compreensões, e especialmente em relação à ambigüidade cultural existente nestas vidas de fronteira esse movimento se torna ainda mais polivalente de significação. Neste sentido, Bhabha diz que:

o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado como, refigurando-o como um ‘entre-lugar’ contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998, p. 27).

Seguindo essa reflexão, ou aplicando-a ao nosso caso concreto, podemos inserir as fontes e suas narrativas neste espaço fronteiriço ambíguo, sempre percebendo essa relação entre o *lá* e o *aqui*. Em suma, entendemos a fronteira como um espaço intercultural produzido, também, pelas pessoas comuns de ambas as nações, e não apenas pelas elites nacionais dos respectivos países. Os espaços interculturais são importantes de serem vivenciados na fronteira, mas a ocorrência desse diálogo raramente se dá, pois grupos maiores não buscam aproximações no interior do país vizinho.

Nesse sentido, a observação de José de Souza Martins é interessante para pensarmos essa ocupação, pois o sociólogo leva em conta os elementos de estratificação e relação social que permeia o processo histórico. *“Os agentes humanos do deslocamento e ocupação da fronteira estão hoje divididos em classes sociais ou em grupos étnicos, contrapostos por conflitos mortais pela terra. As mentalidades são outras, como são outras as relações sociais”* (MARTINS, 2002, p. 664).

Para Martins, isso permite conhecer melhor “*quais são os limites à disseminação da vida privada na fronteira e quais são as dificuldades a que a vida cotidiana saia dos limites estreitos da rotina e do costume para se desdobrar no que se poderia propriamente chamar de expressões da cotidianidade*” (IDEM, p. 681). Percebe-se que estamos em face de processos históricos e sociais com essa transitoriedade fronteiriça. Pois aborda a complexidade multicultural refletindo sobre os deslocamentos sociais de comunidades camponesas, da migração cultural e política. E nesse sentido, é que a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento dissimilar, esse deslocamento pode ser utilizado no contexto Brasil e Paraguai.

Para Bhabha;

Mais uma vez, é o desejo de reconhecimento, “de outro lugar e de outra coisa”, que leva a experiência da história além da hipótese instrumental. Mais uma vez, é o espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduz a invenção criativa dentro da existência. E, uma última vez, há um retorno à encenação da identidade como interação, a re-criação do eu no mundo da viagem, o re-estabelecimento da comunidade fronteiriça da migração. O desejo de reconhecimento da presença cultural como “atividade negadora” (...) afina-se com minha ruptura da barreira do tempo de um presente culturalmente conluiado (BHABHA, 1998, p. 29).

Entender o duplo discurso da ambivalência especialmente entre espaço e nação, isto é, a disseminação em um ambiente de duas esferas em movimento, abordando a cultura como ato presente, e cada vez que ocorre, toma posição na temporalidade efêmera que habita o espaço.

A discussão mais acentuada que Bhabha estabelece, se dá na diferença cultural, e é confrontada com uma disposição de saber ou com uma distribuição das práticas que existem lado a lado, designando uma forma de contradição social que deve ser negociado em vez de negado.

A diferença cultural aqui enaltecida rearticula a soma do conhecimento a partir da perspectiva da posição de significação da minoria, que resiste e introduz no processo de julgamento e interpretação cultural o choque repentino do tempo sucessivo, da significação e da interrupção. Tal processo exige uma temporalidade cultural que é tanto disjuntiva quanto capaz de articular formas de atividades que são ao mesmo tempo nossas e outras.

Discutir a complexidade do conceito de cultura e sua localização em meio a movimentos que parecem acontecer naturalmente, como no caso com a migração e imigração entre Brasil e Paraguai, e no interior desse processo a presença de um terceiro “elemento” que é o brasiguai. Ao trabalhar este grupo social José A. Campigoto leva suas reflexões ainda mais longe em relação ao local fronteiriço e aos sentimentos de pertencimento.

Podemos dizer que neste lugar periférico, em que vivem e pelo qual transitam sujeitos excluídos da sociedade brasileira e paraguaia (...). Imbricações que compõem um espaço fundamental para compreendermos tal fenômeno em sua pluralidade. Além disso, trata-se de um desvio que nos permite perceber a existência de uma história desenvolvida para além do circuito fechado pela sociedade, porque é protagonizada pelos excluídos, por sujeitos que não se definem como brasileiros nem como paraguaios. História construída por tantos outros indivíduos e grupos tais como os contrabandistas, as prostitutas, os atravessadores, os fugitivos, os pescadores de águas oficialmente alheias, os indígenas rebeldes e outros transgressores de diferentes tempos (CAMPIGOTO. In: SCHALLEMBERGER, 2006, p.17-18).

É nesse ambiente conturbado que a identidade brasiguia se constitui e é reconhecida enquanto um grupo social diferente dos demais, em um intenso movimento de atores sociais que circulam nas fronteiras físicas. As relações entre estes grupos muitas vezes ofuscam conflitos de outras ordens, mas seus intercâmbios vão se fortalecendo, subsistem e estreitam as variáveis culturais não apenas entre os dois países, mas também no interior de cada grupo existente neste espaço.

Parafraseando Laclau e Mouffe (1985) que refletem sobre a questão identitária em espaços multiculturais, podemos dizer que toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é *'um efeito de poder'*. Devendo assim haver algo exterior a uma identidade. E *"esse exterior é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja ausência ou falta é constitutiva de sua presença"* (HALL, 1996b, *Apud*, HALL, 2003, p.85).

Considerações Finais

O objetivo de entender a transitoriedade das pessoas na fronteira entre os dois países nos fez perceber que esse limite não é simples de ser entendido como quer a História Diplomática ou mesmo o senso comum. Não se trata apenas de demarcar espaços territoriais, abrangência de mando político ou mesmo de linha divisória entre nações ou Estados, mas de compreender os sentidos da fronteira para os agentes que permeiam o espaço estudado.

O espaço fronteiriço é compreendido por nós como algo que se move juntamente com os grupos migratórios; não são apenas os indivíduos, os grupos, as marchas que se movem. As fronteiras humanas dos Estados e das nações não são fixas, há uma modelação de aspectos de adaptação que percorre o habitus dos agentes sociais que buscam as fronteiras como meio de trânsito entre um lugar e outro, quando ela mesma não se transforma no meio de vida.

O sentido de fronteira altera-se de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo se reformulando e se transformando em um meio de vida, a dinâmica fronteiriça atinge variadas formas. Diferentes imagens foram construídas sobre ela no decorrer da pesquisa, não

sendo possível denominá-la precisamente como algo fixo, e/ou como significante singular; entendemos a fronteira como algo complexo e sua definição é dada pelos atores sociais que vivem em contato com ela.

Referências

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **Hermenêutica de Fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. 2000 (Tese Doutorado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

_____. “Fronteira e História Cultural.” In: SCHALLENBERGER, Erneldo. (org.). **Cultura e memória social: territórios em construção**. Cascavel: Coluna do Saber, 2006, pp. 11-32.

CASTELLO, Iara Regina. “Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados.” In: HAUSEN, Ênio Costa, LEHNENE, Arno Carlos (orgs.) **Prática de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: EdUFRGS: Instituto Goethe/ICBA, 1995.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueotipologia geral**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MARTINS, José de Souza. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: _____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 145-203.

_____. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

OSORIO, Helen. *Et alli* (Orgs). “Espaço Platino: Fronteira Colonial no século XVIII” In: **Práticas de Integração nas Fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: EdUFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.